

O Poder sob o Controle dos Trabalhadores: A Proposta de Estatização da Flaskô

Dimitri Augusto da Cunha Toledo e Ana Carolina Guerra

Resumo

Este artigo analisa a proposta de estatização de uma fábrica ocupada, Flaskô, procurando compreender o significado dessa mudança para os seus trabalhadores. Assim, o caminho teórico seguido refere-se à discussão da Flaskô e à ideia da estatização. Por tratar-se de um trabalho empírico qualitativo, utilizou-se como fonte de coleta de dados a observação participante, a análise documental, o diário de campo e entrevistas semiestruturadas. A partir dos dados coletados, conclui-se que a estatização é defendida pelos trabalhadores como solução para as dívidas da organização e como uma proposta de mudança política da sociedade. Isso porque os trabalhadores defendem que a gestão da fábrica, mesmo após a estatização, seja feita por eles mesmos, isto é, que o poder esteja efetivamente em suas mãos. Percebe-se, assim, que a proposta vai além das questões de posse, de acumulação do poder, passando por uma discussão de organização social do trabalho. Isso significa uma proposta de ruptura, uma mudança das relações de poder, do poder que emana do indivíduo e da sua organização e não do capital.

Palavras-chave

Flaskô. Estatização. Fábrica Ocupada.

Abstract

This article analyzes the proposed nationalization of an occupied factory, Flaskô, seeking to understand the significance of this change for its workers. Thus, the theoretical path followed refers to the discussion of Flaskô and the idea of nationalization. Since this is a qualitative empirical work, the sources of data collection used were: participant observation, document analysis, field diary and semi-structured interviews. From the data collected, we conclude that nationalization is defended by workers as a solution to the debts of the organization and as a proposed policy change in society. That is because the workers argue that the management of the factory, even after nationalization, should be performed by themselves, that is, the power lies

in their hands effectively. It is clear, therefore, that the proposal goes beyond questions of ownership, accumulation of power, through a discussion of social work organization. This means a proposal for a rupture, a change of power relations, the power that emanates from the individual and his organization, not from the capital.

Keywords Flaskô. Nationalization. Occupied Factory.

INTRODUÇÃO

Muito se discutiu, e se discute, sobre a abertura econômica promovida pelo governo Collor e aprofundada na era FHC, principalmente suas consequências. Segundo Pochmann (2006), datam dessa época as primeiras privatizações brasileiras. A privatização é o marco da dita “abertura” econômica, promotora de novas relações no âmbito da organização do trabalho e do capital (TOLEDO, 2008).

Essas novas organizações do trabalho acarretaram mudanças substanciais na legislação trabalhista, nas relações contratuais acordadas com os trabalhadores, levando a uma tendência de elevação da informalidade, das subcontratações, bem como de instauração de contratos temporários de trabalho (ANTUNES, 2003).

Essa reconfiguração da organização do trabalho é aprofundada, sobretudo, com a quantidade de crises econômicas na década de 1990, principalmente nos países periféricos, levando a um aumento do número de fábricas em regime de falência ou concordata.

É nesse contexto que muitos trabalhadores buscam formas de manterem seus empregos. Uma parcela desses entende que manter a fábrica em funcionamento, ou seja, recuperar a sua vitalidade, é a única forma de manutenção de seus postos de trabalho, sobretudo frente ao cenário de desemprego (TOLEDO, 2011). Quando os operários tomam para si o comando das fábricas, deparam-se com um quadro de intensa complexidade. É nesse ambiente complicado que os trabalhadores têm pautado suas ações pela busca de manutenção dos seus empregos e de seus direitos trabalhistas. Para isso, procuram saídas por vias judiciais ou através de ação direta, para a manutenção de contratos firmados. Essas ações diretas são, geralmente, atos de resistência política como, por exemplo, manifestações, ocupações, dentre outros. Afirma-se então que, a partir dessa perspectiva, de uma nova forma de organização do trabalho, podem emergir experiências que contrapõem a lógica capitalista hegemônica de organização e, conseqüentemente, as relações de poder historicamente estabelecidas. Uma dessas é fábricas ocupadas/recuperadas que se apresentam como a união de trabalhadores, os quais passam a gerir os meios de produção, desempenhando o papel de donos do próprio negócio. Nesse processo, organizam-se em comitês, procurando conduzir a organização, a partir da instalação de um ambiente democrático e participativo, de forma que todos possam contribuir no processo decisório, tanto em peso do voto quanto nas esferas de importância

dos processos de tomada de decisão.

Essas organizações mantêm suas bases alicerçadas em princípios emancipatórios e de resistência política, além da luta pela autonomia. Um dos principais debates estabelecidos por essas fábricas é a sua estatização sob o controle dos próprios operários (controle operário).¹

No intuito de esclarecer esse debate, o presente artigo objetiva analisar a proposta da estatização, bem como compreender o seu significado para os trabalhadores de uma fábrica ocupada – a Flaskô.

FLASKÔ: FÁBRICA QUEBRADA É FÁBRICA OCUPADA! E FÁBRICA OCUPADA DEVE SER ESTATIZADA SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES!2

Veja bem, meu patrão,

Como pode ser bom:

Você trabalharia no sol

E eu tomando banho de mar.

Luto para viver,

Vivo para morrer.

Enquanto minha morte não vem

Eu vivo de brigar contra o rei!

(Milton Nascimento)

A Flaskô³ é uma fábrica de transformação de plástico que produz vários modelos de embalagens industriais, chamados de tambores ou bombonas. Conta com cerca de 60 trabalhadores atualmente, mas chegou a ter 600 em seu auge. Fundada no final dos anos 70, a fábrica pertencia ao grupo da Companhia Hansen Industrial S. A. (grupo ao qual pertence, por exemplo, a Tubos e Conexões Tigre Ltda.). Pioneiros no Brasil nesse setor, o Grupo Hansen sofreu uma divisão em 1992, quando a Companhia Holding do Brasil (CHB), à qual a Flaskô é ligada, desvinculou-se do grupo, perdendo assim a massa de capital.

A CHB também era dona das marcas Cipla e Interfibra (indústrias de plástico) e integrou o Grupo Hansen Industrial S.A. até 1992, ano da partilha de bens familiares ocasionada pela morte de João Hansen Júnior (sócio fundador). Luís Batschauer (que era casado com Eliseth Hansen) e seu irmão Anselmo assumem a CHB, mas perdem a massa de capital do Grupo Hansen necessária para a modernização tecnológica. Esse grupo possui um posicionamento significativo na cadeia produtiva, cujas exigências em inovações tecnológicas e organizacionais são crescentes, particularmente, após a abertura comercial da década de

90 (NASCIMENTO, 2004). Assim, enquanto as outras empresas do grupo cresciam, as fábricas sob o comando da CHB começavam a definhar. É bem verdade que os trabalhadores da Flaskô não foram passivos a tudo isso. Segundo Prata (2008), há registros de greves em 1994 e 1997 contra a jornada de até 12 horas, baixos salários e o não cumprimento de acordos trabalhistas. Porém, uma mudança significativa na fábrica só foi possível após a ocupação e o estabelecimento do controle operário (Prata, 2008). Em entrevista a Diniz (2007), dando resposta a uma pergunta⁴, o coordenador da Flaskô descreve a história da fábrica assim:

Nesse terreno antes de ser a Flaskô, na década de 70, era uma das unidades da Cipla que produzia componente plástico pro setor automobilístico. No final de 70, começo dos anos 80, passa-se a produzir embalagens, que é o que a gente faz até hoje, e em 1988 ela vira Flaskô. Ela, na verdade, já foi uma das maiores fábrica de embalagens do Brasil, de embalagens plásticas industriais para área de alimentação, setores químicos, fertilizantes e tudo mais [...] dentro da Flaskô tinha outras unidades fabris, tinha a Brakofix que foi uma fábrica em que os antigos donos da fábrica fecharam em São Bernardo e trouxeram aqui para dentro, tinha a Fiorisa que fazia equipamentos para o lar, etc. Só que como todas eram do mesmo dono, ficavam no mesmo prédio, [...] trabalhavam nas mesmas máquinas, [...] tudo nesse espaço físico. [...] Em 1988 que ela se transformou em Flaskô mesmo, começou a crescer, inclusive a gente comprou uma máquina que tem até hoje aqui que é a Malzier, a máquina que faz o tambor, que na verdade na época foi a primeira máquina a fazer esse tipo de tambor no Brasil. A Flaskô chegou a ser, no começo dos anos 90, a mais importante indústria desse setor em todo o país, mas foi exatamente nesse momento [...] [que] entraram numa crise geral. E a forma que os empresários trabalharam para resolver isso, a crise de uma empresa, na época, para você ter uma ideia, eles tinham cerca de 47 empresas, era mandar a dívida de uma empresa para outra [...] Nessa concorrência, a Cipla foi quebrando e a Flaskô que, ao contrário, naquela mesma época, não tinha dívida nenhuma e só ia crescendo. Mas o que eles fizeram? Diante de perder com a Cipla, eles passaram a arrancar o dinheiro todo da Flaskô para tapar aquele buraco [...] Hoje a Flaskô é uma fábrica que acumula 110 milhões de dívidas, só de imposto pro estado de São Paulo, aqui na região de Campinas, ela está entre as cinquenta maiores empresas devedoras. [...] Por conta disso, a Flaskô começou a entrar em crise por volta de 1994 e, depois, com a subida do petróleo, ela piorou, até que em...a partir de 1995 ela entrou numa grande crise, de seiscentos funcionários fomos para duzentos em 1998. A ocupação aqui da Flaskô, quando os trabalhadores decidiram em assembleia não deixar a fábrica fechar e assumir o controle da fábrica para continuar recebendo e mantendo o emprego [...] E assim vinha se demitindo, os patrões não pagavam mais os salários, pagavam trinta, quarenta reais por semana. Ia fechar a fábrica mais cedo ou mais tarde [...] Em janeiro de 2002, os trabalhadores fizeram uma greve que foi uma tentativa de manter os salários em dia, mas que foi desorganizada e não se colocou a questão de como efetivamente enfrentar o dono. O dono foi lá e disse “se a fábrica parar não vai ter salário e demite-se todo mundo” e o pessoal aceitou. Nisso daí, demitiram oitenta e continuou igual a como era antes, sem pagar salários e tudo mais. Em outubro de 2002 [...] tinha uma situação particular no Brasil que era a eleição do Lula, uma situação em que o conjunto dos

trabalhadores estava com esperança de ver seus problemas resolvidos, estavam apostando que agora alguma coisa iria começar a mudar. Na Cipla, no primeiro turno das eleições, iniciou-se uma greve [...] pedindo apoio, como é tradição do movimento sindical, pro Lula [...] Então se tirou uma delegação de trabalhadores para ir até Florianópolis no comício do Lula, pedindo apoio para resolver a questão, mediar com a justiça, tudo o que pudesse ser feito, e Lula prometeu dar uma saída para os trabalhadores [...] logo após [a] esse comício ocupar[am] a fábrica com essa esperança de solução, de achar que a situação de conjunto ia mudar com a eleição do Presidente Lula [...] a greve durou uma semana [...] a opinião pública que era toda favorável à greve da Cipla [...] a Flaskô tava em crise e acabou, na verdade [...] sendo abandonada completamente [...] em dezembro. [...] Em maio, foram dois representantes para Brasília e lá o Lula não apresentou de maneira prática nenhuma solução [...] Na volta, a gente fez uma assembleia, dia 12 de junho, na porta da Flaskô [...] Os trabalhadores da Flaskô decidem assumir os controles operacional, financeiro e administrativo, elegeu-se uma comissão, que a gente chamou na época de conselho de fábrica, para fazer a administração, e foi dessa forma que se deu a ocupação (DINIZ, 2007, p. 115, 116, 117).

É importante destacar que em junho de 2003 – data da assembleia que decidiu a ocupação – os trabalhadores da Flaskô estavam com três meses de salários atrasados e percebiam, ainda, que os patrões preparavam o fechamento da fábrica (NASCIMENTO, 2004). Sendo assim, a ocupação se deu em uma perspectiva diferente da ocorrida na CIPLA, por exemplo, em que os trabalhadores tiveram embates diretos com os donos das fábricas. Na Flaskô, a realidade foi outra – os operários anteviram o abandono da fábrica que resultaria na perda dos seus postos de trabalho.

Essa situação de praticamente abandono pode ser notada em Raslan (2007, p. 11), que afirma: “Em janeiro de 2003 a empresa estava praticamente abandonada, sem energia elétrica e os dois gerentes haviam ido embora”. De janeiro a maio desse mesmo ano, a Flaskô ficou praticamente fechada, com um faturamento que não chegou a trezentos reais. Contribui ainda dizer que, no processo de ocupação da fábrica, esses trabalhadores realizaram uma reunião com representantes do Sindicato dos Químicos de Campinas e Região⁵, com uma comitiva dos trabalhadores da CIPLA/INTERFIBRA e com apoiadores da campanha pela estatização. Segundo Raslan (2007, p. 19):

[...] durante a reunião, a postura do sindicato era fazer o embate pela via burocrática. Dessa forma, a maior parte do tempo das falas do sindicato foi tomada pelo advogado. Portanto, para os sindicalistas, a via jurídica seria a única possível para salvar os empregos dos trabalhadores da fábrica. [...] a defesa feita pelo sindicato era o penhora do terreno para ter uma garantia formal, o que poderia levar uma década e não garantir nenhum emprego.

Ainda segundo Raslan (2007):

Durante essa reunião para decidir qual caminho a ser tomado pelos trabalhadores da Flaskô prevaleceu, contudo, a combatividade da luta de classes. A posição da comitiva da Cipla/Interfibra foi completamente oposta à do sindi-

cato. Mesmo depois da fala do advogado do sindicato sobre o leilão do terreno e litígio burocrático para pagar as dívidas, a comitiva explicou que o centro da luta seria manter a fábrica funcionando e, para isso, os trabalhadores da Cipla/ Interfibra dariam toda a ajuda. A fala da comitiva durou poucos minutos e foi unânime a aprovação de todos os trabalhadores da Flaskô. A proposta seria retornar à fábrica, realizar uma assembleia, criar uma comissão para organizar tudo que fosse necessário em termos de providências administrativas e operacionais, ligar as máquinas e colocar a fábrica em funcionamento, para preservar o emprego dos trabalhadores (RASLAN, 2007, p. 19).

Após a ocupação da fábrica, foi estabelecido um sistema de Assembleias Gerais, como instância máxima de decisão, onde mensalmente os trabalhadores se reuniam para discutir e tomar decisões sobre a gestão estratégica da fábrica. Para o gerenciamento, controle e administração da Flaskô, foi constituído um Conselho da Fábrica formado pelos próprios trabalhadores para atender às demandas operacionais e cotidianas, fazendo com que eles tivessem que assumir funções gerenciais e administrativas. Mesmo não possuindo formação técnica para esse fim, aprenderam na prática, através da solução dos problemas cotidianos. Uma das ações nesse sentido foi a redução do horário de funcionamento da fábrica, o que poderia diminuir custos com produção (não havia produção das 18:00 às 24:00h, horário em que a tarifa de energia é mais cara) (PRATA, 2008).

Além disso, os trabalhadores colocaram em prática questões organizacionais diretamente atreladas às suas lutas históricas, como: redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário, respeito às trabalhadoras gestantes, implementação das comissões de fábrica, melhora no ambiente de trabalho, etc. Outro debate estabelecido na fábrica que merece destaque é a questão salarial. Em diversas conversas e em entrevistas com os trabalhadores da Flaskô, a questão salarial foi mencionada, seja pelo fato dos salários serem acima da média da categoria, ou pela constante busca por uma remuneração mais justa, tendo início na discussão dos valores do maior e o menor salário da fábrica. Os trabalhadores decidiram que nenhum salário deveria ser menor que um terço (1/3) do maior salário pago na fábrica, estipulando que o maior salário seria o da função de ferramenteiro (dada a importância que essa função exerce na fábrica). Isso significa que nenhuma função seria remunerada acima dessa determinação, desde as funções técnicas (operacionais) às funções administrativas (de direção), ou seja, propuseram o fim da discrepância salarial que as fábricas tradicionais (heterogestionárias) mantêm, o que, conseqüentemente, coloca em debate a relação de poder que essa diferença salarial acarreta.

Com a produção retomada pelo controle operário, houve a oportunidade da manutenção dos postos de trabalho com “carteira assinada”. Hoje esses trabalhadores veem na estatização a única forma de superar as dívidas deixadas pelos antigos proprietários, de manter seus empregos e de garantir os direitos trabalhistas (GOULART, 2003).

A RESISTÊNCIA DIÁRIA

Experiências como essas precisam construir sua luta – resistência – diariamente, pois a ofensiva do capital é desenfreada. Essa afirmação comprova-se com o exemplo da resistência dos trabalhadores da Flaskô que, constantemente, passam por “problemas” na construção dessa outra forma de organização, tais como o corte de energia e a tentativa do Ministério Público de nomear um interventor para administrar a fábrica.

De acordo com as informações coletadas na pesquisa, no que concerne à questão do corte de energia, os trabalhadores são categóricos ao afirmarem que não irão pagar as dívidas dos antigos proprietários da fábrica. No entanto, a Companhia Paulista de Força e Luz – (CPFL), desde a ocupação da Flaskô, em junho de 2003, vem pressionando os trabalhadores para pagamento das antigas contas, suspendendo o fornecimento de energia por várias vezes. Assim, são utilizadas estratégias de resistência, tais como: cercar o poste de energia, manifestação popular (passeata) para a religação e acordos com a CPFL. É importante destacar que o corte do fornecimento de energia é um prejuízo significativo, pois sem a energia, as máquinas não funcionam e, conseqüentemente, não há produção.

Outro problema enfrentado por esses trabalhadores é a constante penhora de bens da fábrica (maquinário) devido às dívidas anteriores à ocupação. O Ministério Público promove, quase que mensalmente, leilões dessas máquinas. Além disso, há dificuldades para a compra de matéria-prima, por falta de fornecedores. A esse respeito, Cruz (2009) apresenta que:

No 1º Encontro Latino-Americano de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores, realizado na Venezuela, o Presidente Hugo Chávez manifestou apoio à luta no Brasil e firmou convênio para fornecimento de matéria-prima para essas empresas, que, em troca, desenvolveram um projeto de construção de casas populares, utilizando material plástico como base. O coordenador nacional do Movimento de Fábricas Ocupadas, Serge Goulart, em depoimento ao documentário “Fábricas Ocupadas”, conta como o projeto foi realizado: “Desenvolvemos junto à Petrocasa [empresa estatal venezuelana] um projeto que constrói casas de PVC a 1/3 do preço convencional. São casas seguras, confortáveis e que podem ser construídas em 10 dias”, explica.

A partir dessa possibilidade, os problemas acerca do fornecimento de matérias-primas estavam resolvidos. Infelizmente, não foi o que aconteceu na prática, como pôde ser observado em Cruz (2009) que diz:

[...] em entrevista cedida ao jornal O Estado de São Paulo, em janeiro de 2007, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Paulo Skaf, afirma que não era aceitável a ingerência de Chávez no parque fabril brasileiro. O presidente da Associação Brasileira das Indústrias Plásticas - ABIPLAST, Merheg Cachum, afirmou que era preciso repudiar o controle das fábricas pelos trabalhadores antes que se tornasse prática cotidiana, o que, para ele, configurava uma ameaça à democracia.

A conseqüência disso foi a intervenção do Ministério Público proibindo esse acordo. Frente

a todos esses problemas, tem-se, então, a principal proposta feita pelos trabalhadores, que é a estatização sob o controle operário, tema central deste artigo. Os operários entendem que somente sob essa ótica terão seus postos de trabalho e direitos assegurados, propondo a transformação da Flaskô em utilidade pública ou interesse social. Isso significa para eles que a sociedade reconhece e concorda com a sua luta. Do ponto de vista legal (jurídico), toda a planta⁶ da Flaskô torna-se de interesse do município, não podendo ser penhorada ou leiloadas.

Esse projeto de lei precisa ser votado e aprovado pela Câmara de Vereadores de Sumaré – SP. É bem verdade que, em manifestação recente, a maioria dos vereadores demonstrou ser favorável à proposta e que alguns se dispuseram a apresentar o projeto, assim como o prefeito. No entanto, os trabalhadores iniciaram uma campanha com o fim de coletar assinaturas para a votação do projeto de lei como de iniciativa popular. Para isso, precisam recolher 10% de assinaturas dos eleitores de Sumaré.

Essa proposta dos movimentos sociais implementada pela Flaskô vem provocando grandes debates entre os trabalhadores das fábricas, trabalhadores da categoria⁷, patrões e empresários. Além da proposta de controle operário e de estatização, tem sido dado destaque à redução da jornada de trabalho. Os movimentos sociais, principalmente os sindicais, propõem a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas, enquanto na Flaskô, desde abril de 2007, a jornada, definida pelos próprios trabalhadores é de 30 horas semanais.

É importante salientar que a redução na jornada de trabalho deu-se sem abatimento salarial e sem queda na produção. A questão da diminuição das horas de trabalho é mais uma luta cotidiana dos trabalhadores da fábrica, tendo em vista que patrões e empresários temem essa proposta, colocando barreiras e restrições nos diálogos com a Flaskô.

A PROPOSTA DE ESTATIZAÇÃO SOB CONTROLE OPERÁRIO: NA CONTRAMÃO DA LÓGICA?

Neste tópico, serão estabelecidos dois debates: um sobre o processo de privatização ocorrido no Brasil na década de 1990 e o outro sobre a proposta de estatização das fábricas recuperadas (ocupadas).

No que concerne à questão das privatizações⁸, Filgueiras (2006) afirma que a implantação e desenvolvimento do projeto neoliberal têm três momentos distintos no Brasil, desde o início da década de 1990. A primeira fase, com muitos contratemplos, em que há ruptura com o modelo de substituição de importações, implantando-se as primeiras ações neoliberais no Governo Collor. Na fase seguinte, houve o desenvolvimento e a consolidação dessa nova dinâmica econômico-social neoliberal, ocorrida no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC; e, por fim, a terceira fase, correspondendo ao segundo Governo FHC e ao primeiro Governo Lula, em que o modelo neoliberal se aperfeiçoou e se adequou, permitindo a ampliação e concretização da ofensiva do capital financeiro sobre os trabalhadores.

Para Oliveira (2006), essas privatizações foram “na verdade, ‘doações’ para grupos empresariais

nacionais e estrangeiros”. Raslan (2007) faz um breve mapeamento dessas privatizações, afirmando:

Dentre os setores que foram privatizados, os que se destacam são: ferroviário, portuário, de energia, de petroquímica, siderurgia, mineração, de fertilizantes, financeiro e de telecomunicações. Grandes empresas de Siderurgia como a Usiminas e a CSN; empresas mineradoras como a Vale do Rio Doce; concessionárias de energia elétrica como a Light, a Eletropaulo e a Companhia Paulista de Força e Luz [...] as empresas de telecomunicações do sistema Telebrás; bancos regionais como o Banespa, o Banerj e o Bemge são exemplos do processo de desestatização que foi adotado no Brasil com vistas à adequação às exigências do mercado.

Nessa constatação sobre as privatizações no Brasil, baseia-se a compreensão de qual perspectiva os governos, principalmente na era FHC, enxergavam (ou enxergam ainda) a questão da estatização (ou não). É nesse contexto que se insere o debate acerca da estatização das fábricas ocupadas. Neste trabalho, a proposta de estatização será analisada a partir de duas vertentes. A primeira defende a estatização sob controle operário de todas as fábricas e a segunda defende a limitação da estatização aos setores estratégicos da economia. Entre os defensores da segunda vertente – da autogestão – há os que argumentam a favor do controle das empresas pelos trabalhadores competindo no “mercado”. Há, ainda, outros que defendem a necessidade de combinar mudanças na divisão do trabalho no âmbito das fábricas com a auto-organização dos trabalhadores (NOVAES, 2008). O centro do debate que se trava é sobre qual saída tomar com a ocupação dos trabalhadores nas fábricas. Essas devem ser autogeridas ou estatizadas sob controle dos trabalhadores? O que se encontra por traz dessa pergunta, na verdade, é qual o papel dessas experiências na ruptura com o sistema capitalista. É verdade que para os mais críticos, a estatização sob controle dos operários não necessariamente significa essa dita ruptura, como podemos notar em Novaes (2008):

[...] alguns dos defensores do controle das fábricas pelos trabalhadores geralmente afirmam que as empresas não necessariamente adquirem uma característica “pública” ao se tornar propriedade do Estado. Ela provavelmente passará a ser funcional ao funcionamento do modo de produção capitalista, mas por outros meios. Caso se estatize, os trabalhadores se tornam meros coadjuvantes, ou peças da engrenagem capitalista. Um argumento por essa via levado ao extremo afirmaria que, no capitalismo, não existem empresas “públicas”. Na verdade, as empresas públicas são empresas necessárias para o bom funcionamento do sistema capitalista e são funcionais à acumulação de capital (NOVAES, 2008, p. 74).

Antes de prosseguir, faz-se necessário constatar que a política de estatização das fábricas ocupadas não é uma realidade nos países da América Latina, com exceção da Venezuela, onde o governo Chaves nacionalizou algumas fábricas. Mesmo compreendendo que a estatização sob controle operário não é uma estratégia dos governos (até mesmo dos governos ditos de “esquerda”), o movimento de fábricas ocupadas que propõe esse tipo de estratégia, vislumbra e não cansa de lutar pelos seus ideais, que no caso seria: a estatização das fábricas ocupadas sob controle operário da produção (RASLAN, 2007). Nesse sentido,

Ianni (1989, p. 155) afirma que “no apelo contínuo ao poder público, como maneira de realizar reivindicações de classe, essa categoria tem sido levada a fetichizar o aparelho estatal, como se ele fosse o órgão que pode atender os seus objetivos de classe”. Ainda na perspectiva desse autor, a classe operária não se esclarece sobre as mediações que povoam as suas relações com as outras classes e com o próprio Estado. Nem sempre a sua atividade política está apoiada na compreensão do poder público como mediação. De produto e mediação de classes, o Estado é elevado à categoria de poder superior, neutro, destinado a harmonizar interesses contraditórios, passíveis de integração harmônica (IANNI, 1989, p. 155-156 *apud* NOVAES, 2008).

Uma crítica levantada pelos adeptos da estatização sob controle operário é: “se a empresa torna-se propriedade privada dos trabalhadores, os mesmos tornam-se ‘pequeno-burgueses’. Pode haver também a formação de uma mentalidade capitalista no seio da classe trabalhadora” (MORENO; SANABRIA, 2006 *apud* NOVAES, 2008).

De outro ponto, estão os defensores da autogestão, ou ainda os que defendem a estatização nos setores estratégicos. Essa corrente divide-se em duas. A primeira advoga que essas empresas ocupadas devem competir no “mercado”, ou seja, que a estatização só deve ocorrer em setores cruciais para o Estado. A segunda corrente defende que só é possível a estatização se essa combinar com a auto-organização dos trabalhadores (e operários), com mudanças na divisão do trabalho, ou como diria Antunes (1999), que questionassem o sentido social do trabalho no capitalismo e, conseqüentemente, a alienação do trabalhador. Ao se considerar tais argumentos, tem-se, *a priori*, que refletir se realmente o Estado concorre com empresas privadas, conforme considera Novaes (2008):

Se levarmos em conta a história do século XX, verificaremos que as empresas públicas da indústria básica não “concorreram” com as empresas privadas, tal como apregoam os neoliberais, mas foram fundamentais para a manutenção e reprodução do capital. É curioso observar que estas empresas que outrora “ajudaram” a reprodução ampliada do capital passaram a ser taxadas, a partir de 1973, de “ineficientes”, “corruptas”, tudo isso como pretexto para atender aos anseios de uma nova onda de acumulação de capital que veio a ser atendida através de processos obscuros de privatização (NOVAES, 2008, p. 74).

A estatização apenas em setores estratégicos, se não delimitada com cautela, pode servir a interesses do capital, reproduzindo seu discurso, como é visto acima. Longe, na verdade, do que advogam seus defensores. Para esses, a estatização dos setores ditos estratégicos da economia significa trazer para o Estado a produção de bens e serviços essenciais para a população, possibilitando a compreensão de que o Estado deve ser o “ente” promotor do desenvolvimento e o agente facilitador na busca da autonomia pelos trabalhadores (PRZEWORSKI, 1989).

Ao se analisar a outra perspectiva, onde seus defensores advogam a ideia de que é preciso aliar a autogestão a uma nova forma de estabelecer a divisão do trabalho, tem-se, então, que pensar essa nova realidade como uma possibilidade de contraposição à lógica do capital. Novaes (2008) citando Mészáros afirma que:

[...] a autoadministração pelos produtores associados deve ser pensada como uma alternativa hegemônica à ordem social do capital. [...] Mészáros advoga a necessidade de *ataques duplos*. Por um lado o controle coordenado da produção através da democracia substantiva dos produtores (ações para fora dos muros das fábricas) e por outro a necessidade de mudanças qualitativas nos microcosmos (dentro dos muros das fábricas) sobre a relação entre direitos de propriedade e autogestão (MÉSZÁROS, 2002, p. 629 *apud* NOVAES, 2008, p. 78).

Por fim, concordamos com Chomsky (1999) *apud* Novaes (2008, p. 84) que:

[...] proteger o setor estatal hoje é dar um passo na direção da abolição do Estado, porque assim se mantém uma arena pública na qual as pessoas podem participar, organizar, influir na política, etc., ainda que de forma limitada. Se se tira isso, nós regrediremos para uma ditadura privada e isso não é, de forma alguma, um passo em direção à libertação (CHOMSKY, 1999, p. 68).

BASES METODOLÓGICAS

Com o intento de atingir o objetivo proposto neste trabalho, optou-se por procedimentos metodológicos alicerçados na pesquisa qualitativa. Segundo Triviños (1987), esse tipo de abordagem trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa busca captar não só a aparência do fenômeno, mas, também, sua essência, procurando explicar sua origem, relações e mudanças e tentando intuir suas consequências. Dessa forma, este estudo apresenta-se como uma pesquisa de caráter exploratório-analítica, no qual a intenção foi analisar a proposta da estatização, bem como compreender o seu significado para os trabalhadores, fundamentalmente a partir da observação participante do cotidiano dos operários. Foram utilizados como técnica de coleta associada de dados: análise documental, entrevista semiestruturada, diário de campo, além da observação participante, já mencionada. A pesquisa foi dividida em dois momentos: inicialmente realizaram-se análises documentais, sendo avaliados todos os tipos de documentos possíveis da Flaskô (atas de reuniões, relatórios, notícias de jornais, estatuto, regimento interno, balancetes, panfletos, *blog*, memorandos internos, vídeos, dentre outros documentos, internos e externos). No segundo momento, foram realizadas quatro visitas *in loco* à planta da fábrica, sendo três de, aproximadamente, uma semana cada e uma visita de quase três semanas e meia. As visitas foram realizadas de forma não linear e não consecutiva, ou seja, em momentos distintos, objetivando-se a busca das mais diversas situações. Outra técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada, com a finalidade de recolher, através dos diálogos gravados, a interpretação que os operários da Flaskô dão às perguntas norteadoras. Foram realizadas 23 entrevistas semiestruturadas, em todos os setores, funções organizacionais e membros do conselho de fábrica⁹, a fim de atingir maior representatividade. Após a coleta dos dados, por meio das técnicas apresentadas, utilizou-se, para o tratamento desses elementos, a Análise de Conteúdo. De acordo com BARDIN (1977), as narrativas orais, captadas e a partir da observação do pesquisador, geram os dados que deverão ser tratados através de uma análise

de conteúdo, uma vez que seu interesse primordial é identificar as informações que se encontram por trás das palavras sobre as quais o pesquisador se debruça. Por fim, para melhor compreensão dos dados coletados, optou-se pela definição da natureza da concepção a ser pesquisada acerca da estatização definida após as primeiras visitas a campo e a partir do referencial teórico estudado, conforme pode ser observado abaixo:

Da Estatização	A Flaskô tem como bandeira histórica a questão da estatização da fábrica sob o controle de operários. Busca-se aqui entender essa concepção, seu dinamismo e o que isso representa para os trabalhadores.
-----------------------	---

Fonte: Toledo (2011) adaptado

Apresentação e discussão dos resultados

A proposta da estatização da fábrica sob controle operário tem relação direta com a bandeira histórica da Flaskô e de todo movimento de fábricas ocupadas. Nesse sentido, procurou-se, conforme mencionado anteriormente, compreender a concepção de estatização, seu dinamismo e o que isso representa para os trabalhadores. Destaca-se que essa análise cria a possibilidade de identificar se todos os trabalhadores, de diferentes setores da fábrica, entendem e concordam com a proposta de estatização. Assim, foi identificado, inicialmente, através da fala de alguns trabalhadores, o porquê da opção pela estatização, conforme segue abaixo:

Optamos pela estatização *pra* que a fábrica não feche, [para que os governos] pare[m] de ficar privatizando as riquezas do país. Que nem a política do PSDB, os cara vão vender tudo, como quando os cara foram presidente um dia, ficou o quê? Pros pobres, pra nós, então nós brigamos pela estatização que eu acho que é a única saída. Não tem outra saída, com a dívida monstruosa, porque quando uma fábrica entra em decadência, é porque o patrão entre aspas, ele diz que *tá* pobre, mentira. Mas ele deixa aqueles trabalhadores, 100, 500, 5000, 2000, passando fome, na miséria, mas ele nunca fica pobre (depoimento de um trabalhador).

Na verdade o que *tá* sobrando, a estatização é única, porque não tem muita opção. Porque já foi falado em cooperativa, já foi falado em muitas coisas, experiência que eu vejo falar aí, que o pessoal tem experiência aí fora, cooperativa não é muito bem vinda, vai deteriorando, sempre tem aquele grupinho que se *fecham e outro* vão se virando, vai ter que se virar, e isso acontece mesmo, a gente sabe, não sei se no caso nosso qual seria a melhor forma, mas é o que a gente tem (depoimento de um trabalhador).

Aliado ainda à concepção dos trabalhadores acerca do que seja estatização, alguns procuraram demonstrar, a partir de suas falas, a sua visão:

Estatização é a bandeira que nós sempre *defende* e ergue, é a estatização, mas que o governo estatize ela, mas democraticamente ela fica sob controle dos trabalhador, *né?* E não estatizar pra ir pra mão do governante, aí, *né?* *Pra* eles

coloca quem eles quiser na administração. A gente queria que ele estatizasse, mas só fizesse a fiscalização do recurso que ele ia tá colocando aqui dentro, mas a administração ficasse na nossa mão. Porque eu mesmo penso, se o governo estatizar, o débito vai ser todo transferido pro governo, né? E o governo só vai entrar com os recursos pra empresa funcionar, né? (depoimento de um trabalhador).

A estatização é o governo assumir, assumir a fábrica, e a porta de emprego continuar aberta pros trabalhadores. Porque ele estatizando a fábrica *pra nós* seria bem melhor, teria mais garantia de emprego. Porque hoje *nóis* não tem garantia de emprego, porque amanhã isso aqui pode baixar as portas com ação judicial, então você não tem aquela garantia. *Nóis* quer garantia, *nóis* queria garantia, mas pra garantir o governo tem que estatizar, na minha opinião (depoimento de um trabalhador).

Eu concordo com a estatização, sabe por quê? Porque às vezes pra fazer omelete tem que quebrar os ovos, não tem jeito, *alguns ia sofrer* com isso, ia, ia ter consequência, ia ter, mas ia ser bom *pra* fábrica, e eu já não estou nem pensando nos que tão aqui. E nem *ni* mim, eu *tô* pensando nos meus filhos, nos filhos do meu filho, os jovem por exemplo, isso aqui pode ser uma empresa, futuramente que pode empregar centenas de jovens, por que não? (depoimento de um trabalhador).

A estatização, seria, o governo, tornar a empresa estatal, como eu falei, perdoar a dívida e começar do zero, dando uma oportunidade. Que a gente, pegasse, através do BNDS, investisse um capital aqui, pra gente conseguir investir aqui na área, matéria prima, pra gente poder ter uma facilidade maior, pra gente poder subir (depoimento de um trabalhador).

A estatização, na verdade, o que a gente analisou o tempo todo e até hoje a gente reflete muito sobre isso. Por que a fábrica tem que ser estatal? Primeiro, porque existe uma dívida impagável. Impagável já fala tudo, certo? Impagável. Os donos deixaram, de propósito, uma dívida que não tem como você pagar. Só se um cara virar e falar assim, “vou captar o dinheiro, vou pagar aqui, e já era”. É, foi caridade, porque não vai ter retorno. Ninguém no mundo teria interesse, de falar assim, vamos supor. Eu pago essa dívida da empresa e eu assumo ela. Ninguém faria isso, eu acho. Muito difícil. Porque é muito grande a dívida. Acho que está em torno dos 200 milhões de reais. De 80 a 90% de todas essas dívidas é com os cofres públicos. E o Poder Público é o que mais pode ameaçar, por exemplo, de vir aqui, na caçada, vão fechar de vez e tal. Por conta das dívidas. Então, e se o governo, em troca dessa dívida, assumisse essa fábrica, expropriando a fábrica? Aí começamos a falar isso: “*Pô*, se o governo falar isso, primeiro que os caras iam querer vir pra cá e tal, querer fazer isso aqui, sei lá, fazer lucro. E ia ser exploração dentro da fábrica, ia...” patronal, digamos assim. Porque o governo é patronal. O governo é burguês e tal. Mas se a gente pedir a estatização, mas que a fábrica continue sob o controle operário. É a única forma. É a única forma, quando a gente realmente tiver uma estatização e não abrir mão da nossa luta aqui. Inclusive de continuar a luta fora da fábrica (depoimento de um trabalhador).

Foi observado ainda que a percepção de alguns trabalhadores acerca da estatização passa, necessariamente, por questões políticas ou funcionais. Para alguns deles, a estatização apresenta-se a partir de um posicionamento político, tanto do papel de atuação da Flaskô,

dentro do cenário nacional, como de um posicionamento político dos próprios trabalhadores.

A estatização tem uma perspectiva de organização dos trabalhadores e isso que entendemos como uma coerência de ser contra a propriedade privada dos meios de produção. E, ao mesmo tempo, não bastando isso, não sendo o controle operário, como uma luta da classe trabalhadora, com pauta da classe sindical. Então essa estatização acho que tem esse pano de fundo teórico (depoimento de um trabalhador).

Então eu acho que a luta da estatização, ela tem que ser entendida talvez dessas duas questões centrais: uma dessa coisa teórica e uma dessa questão concreta mesmo[...], na dinâmica da luta de classes ser um importante avanço da nacionalização. Isso fez com que a gente se aproximasse na luta concreta, *né*, se aproximasse e tivesse junto com a luta, seja da questão da Petrobras, da Embraer, da Vale, concretas, nós fizemos atos públicos, publicações, seminários e tal. Pautando isso, a nacionalização, a estatização, então combatendo a privatização e tal como já uma coisa importante, mas, além disso, pautando o controle dos trabalhadores. Eu acho que essa é a contribuição que a gente tem ao discutir a estatização sob o controle dos trabalhadores. Entendendo sim, que *tamo* nos marcos capitalistas. Mas ao fazer o combate, não necessariamente tendo o resultado, mas, ao fazer o combate, a gente acha que contribui numa perspectiva socialista e com a base teórica, passando por Marx, Lênin e as experiências com a classe trabalhadora (depoimento de um trabalhador).

Então estatização, ou a fábrica estatizada, permite que os trabalhadores possam lutar enquanto classe e enquanto conjunto, inclusive no aparato de Estado. Outra coisa, é que a estatização, também pode ser estatizado ou não, se uma empresa estatal, comprar uma outra empresa, está estatizada a empresa. Se trabalha para que o Governo não faça isso (depoimento de um trabalhador).

Estatizar a fábrica, na verdade, ia significar uma ação política do governo Lula, ou de um governo de esquerda, ou que se diga de esquerda. É quase obrigar ele a fazer uma ação que romperia os acordos que ele tem com a burguesia, ou até os sindicatos participarem disso. Os sindicatos estão por toda parte fazendo acordo com as empresas, com diversos setores dela. Quando um sindicato precisa ocupar uma empresa, ele aparece, *pros* patrões como de certa forma fazendo coisa errada. Se o Lula fosse obrigado a estatizar, se fosse a Flaskô sequer, o empresário ia dizer: “Opa, toma cuidado com esse cara aí”. Então tem outra questão que também é importante, que serve como uma pressão geral, para obrigar uma política mais reformista, uma política de conscientização de classe, em que o mais importante é que o conjunto do movimento operário poder falar pro Lula, que é possível. Que estatizou a Flaskô e é possível, porque foi bom, e quanto melhor não seria em vez de estatizar a Flaskô, estatizar a Vale. E isso seria um elemento para ajudar nessa discussão que é possível (depoimento de um trabalhador).

Já outros trabalhadores entendem a estatização a partir de um posicionamento funcional, demonstrando o que, no sentido mais técnico do dia a dia da fábrica, poderia mudar com a proposta e como isso influenciaria o desempenho das atividades dentro da Flaskô e os próprios trabalhadores. Um trabalhador afirmou não acreditar na estatização da Flaskô, como se pode ver:

Na minha visão, desde que fosse uma estatização, mas aqui num controle operário, nada impede de que o Governo coloque uma pessoa dele como presidente, mas que todo trabalhador que estão nesta luta desde o princípio, tenham seus postos de trabalho garantido. E a gestão seria discutida, se vai ficar *pros* trabalhadores ou *pro* Governo. Na nossa ideologia, teria que ficar nas mãos dos trabalhadores, que é quem constrói a riqueza da nação, é mais do que isso (depoimento de um trabalhador).

É, a gestão da fábrica seria ou dessa comissão, como se fosse o conselho diretivo da Petrobras, que a Petrobras tem um conselho [...] Sim, uma parte é dos acionistas, uma parte indicada pela Fazenda, do Governo, né? Uma parte pelo número de pensão, e uma parte pelos próprios petroleiros. Então, seria uma composição similar. Uma parte pelo governo, uma parte pelos trabalhadores [...] Um segundo lugar, eu acho que deveria ser majoritário ou, pelo menos, com o voto de empate nesse contexto. Nesse momento, no caso aqui da Flaskô, ele é quase inaplicável, na situação de ataque, que vive a totalidade da classe trabalhadora hoje, e das políticas de meia boca. Só para falar que nós não aceitamos a estatização se não der o controle. Inaplicável. No dia que vier um ente político aqui independente, ele manda na assembleia. Porque já seria muito ganhar só a estatização. Então na verdade, o certo é pedir o controle. Mas é quase inaplicável, é quase inaplicável, porque na situação, seria o ideal se tivesse um conjunto de fábricas [...] (depoimento de um trabalhador).

É, tem a ver exatamente com o como seria exercido esse controle, seria vantajoso se fosse um controle sem uma visão dos problemas que estão fora, mas estão dentro. Seria um controle para eleger os melhores trabalhadores de dentro da fábrica, para serem os caras que vão apertar o cinto de todo mundo. “Agora nós somos *estatal*, não vamos pedir aumento, hein? Quem vende matéria prima pra gente aumentou o preço e tal...” Agora, com o controle numa perspectiva de classe que o cara chegasse lá, e cada vez que não soubesse o preço da matéria prima, ele chegava no conselho de fábrica e perguntava [...] (depoimento de um trabalhador).

Olha, na verdade, eu não acredito muito na estatização, eu não acredito, você sabe por quê? O governo jamais vai estatizar uma fábrica desse tamanho aqui, nem que fosse enorme, que tivesse milhões de funcionários. Na verdade, a gente levanta essa bandeira e seria bom se estatizasse só que aí ao mesmo tempo a gente começa pensar. Bom vai estatizar, vamos supor que o governo estatize aqui, isso uma estatal, nós vamos ser funcionário público. Tem que ter toda uma preparação, só porque estatizou a fábrica, nós não vamos ser diferentes dos outros funcionários públicos? Não vai prestar concurso, tem muitos aqui que não é preparado pra isso, tem muitos aqui que só sabe, só aprendeu o básico, ler e escrever e as quatro operações, então eu acho que é muito difícil, e não sei se seria bom *pra* gente também. Por conta disso e outra, você acha que eles vão estatizar uma empresa e deixar na nossa mão, eles vão pôr o controle do governo aqui dentro, vai ter o administrador deles, vai ser meio que patrão, então eu acho que sei lá (depoimento de um trabalhador).

Destaca-se, por fim, que muitos trabalhadores, de diferentes setores da Flaskô, apresentaram um discurso fervoroso em defesa da estatização da fábrica. Entretanto, pôde-se observar que esse discurso possui uma relação direta com a concepção de que a estatização é uma das, talvez a principal, alternativas de sobrevivência da Flaskô. Outro fator importante é a clara relação que a dívida da Flaskô estabelece com a estatização. Em todas as entrevistas e anotações de campo, foi mencionada a questão da dívida “herdada” da gestão patronal. Para os trabalhadores, a dívida pode ser um problema em direção à estatização, pois quem arcaria com ela: Os trabalhadores? Os antigos proprietários? O Estado? Para o movimento de fábricas ocupadas – e para os trabalhadores da Flaskô – essa dívida foi feita pelos antigos proprietários e, conseqüentemente, deveria ser paga por eles, não devendo o Estado assumi-la. Mas o que está por traz desse debate é que, com a estatização a Flaskô, poderia haver acesso a crédito, restabelecer contato com outros fornecedores, ou seja, não teria a dívida como entrave no processo produtivo e de gestão.

A estatização é uma “bandeira” política, defendida pelos entrevistados, sobretudo, por dois motivos principais. O primeiro é a manutenção dos seus postos de trabalho, pois compreendem que se a fábrica for estatizada permitirá que seus trabalhadores continuem a produzir, que recebam seus salários, resolvendo-se, também, o problema da dívida da fábrica deixada pelos antigos proprietários. O segundo motivo é o desejo dos trabalhadores de construir uma nova sociedade, acreditando que a defesa dessa bandeira é um instrumento de luta por essa nova sociedade. A grande maioria demonstrou, durante a pesquisa, um vínculo afetivo com a fábrica e com os seus colegas de trabalho, tendo, em muitos momentos, se emocionado com o relato das lutas, das atividades desempenhadas, etc.

CONCLUSÕES

Ao defenderem a proposta da estatização da Flaskô, os trabalhadores apresentam alguns argumentos importantes. Em princípio, acreditam que defender ou lutar pela estatização significa uma resistência à corrente que prega que as organizações estatizadas, públicas, são ruins. E essa pode ser a justificativa para as propostas de privatização, porque se tudo que é público é ruim, logo é melhor privatizar. Então, a primeira discussão que estabelecem a favor da estatização demonstra que nem tudo que é público é ruim e de baixa qualidade. A primeira leitura que fazem acerca da estatização é interessante, porque é uma leitura política. “Não, não podemos dizer que tudo que é estatizado é ruim. Vamos defender as estatais, dizer que tem coisa de qualidade”¹⁰. Lutar contra a privatização seria, então, a primeira discussão a favor da estatização, dos trabalhadores da Flaskô.

A segunda discussão atraente levantada é a questão da propriedade. Ao se transferir a posse da fábrica para os trabalhadores da Flaskô, significa que esses serão os seus proprietários. Essa situação apenas muda a lógica da continuidade ou não da exploração dos trabalhadores, da produção da mais valia, dependendo do direito de propriedade privada por eles contestada. Assim, ao defender o fim da propriedade privada, defende-se que, a partir da estatização, o proprietário é a sociedade. Essa discussão torna-se atraente a partir do momento que se pensa sob a lógica capitalista (individualista), em que o natural seria a defesa da posse

da fábrica para os trabalhadores, pois seriam os donos da fábrica. No entanto, observa-se que esses trabalhadores abdicam de interesses individuais, pensando no coletivo, e assim, construindo, ou pelo menos lutando por, aquilo em que acreditam. O terceiro fator, o mais discutido pela maioria, é a dívida da Flaskô, em torno de 120 milhões de reais, sendo aproximadamente, 80 milhões para com o governo federal, 30 milhões para com o governo estadual e dois milhões para com a prefeitura de Sumaré¹¹. Isso significa que mais de 90% da dívida da Flaskô é com órgãos públicos, sendo que a ampla maioria é com a União. Essa circunstância significa que, com a estatização da fábrica, de certa forma, o Estado vai dever para o Estado, ou seja, como a maior parte da dívida é com o Estado (seja nas esferas nacional, estadual ou municipal), com a estatização, essa dívida seria do Estado com o Estado. Como essa situação é, provavelmente, inviável, os trabalhadores acreditam que o Estado cobrará a dívida aos antigos proprietários da fábrica. Essa talvez seja, na percepção dos trabalhadores, a única forma dos antigos proprietários da Flaskô assumirem a dívida, não ficando esse débito nem para os trabalhadores, que estão ocupando a fábrica e que se for estatizada vão continuar dirigindo a fábrica, nem para o Estado. É essa, então, a principal discussão para o coletivo dos trabalhadores. Outra discussão levantada por alguns trabalhadores é o fato da fábrica hoje não conseguir se organizar enquanto setor, enquanto classe, até por ser uma relação diferente das outras fábricas, seja em campanha salarial, seja em melhoria da qualidade, no setor químico, no setor de plástico. Então, se a fábrica fosse estatizada, esses trabalhadores poderiam lutar enquanto classe, enquanto conjunto. Isso dentro do aparato do Estado. Insere-se aqui uma questão importante, com vistas ao desenvolvimento, não somente da fábrica, mas num contexto maior, dos trabalhadores como um todo. Isso demonstra que a proposta de estatização, sobre o controle do poder pelos trabalhadores, não se apresenta como uma proposta simplista ou mesmo individualista. Ela vai além das questões de posse, de acumulação do poder, passando por uma discussão de organização social do trabalho. Significa uma proposta de ruptura, de mudança das relações de poder, do poder que emana do indivíduo e da sua organização e não do capital. Destaca-se ainda que esses trabalhadores enxergam por trás de tudo isso uma decisão política, uma ação política na verdade. Com a ascensão de um governo de esquerda, com o Presidente Lula, acreditavam, levantando com mais força essa bandeira, na possibilidade de uma nova forma de organização que permitisse mudar as relações de trabalho e criasse uma nova perspectiva de organização popular, além de mudanças nas relações de poder. Então, a proposta da estatização vem no bojo de uma proposta política, em que os trabalhadores da Flaskô, da CIPLA, da INTERFIBRA procuravam agir em relação ao governo de esquerda, pressionando-o. Dessa forma, observa-se que eles enxergam, como já foi dito, a questão da estatização como uma ação política. O movimento de fábricas ocupadas (do qual a Flaskô faz parte) esperava uma ação política, com os trabalhadores acreditando na possibilidade de criar uma perspectiva de nova organização popular.

Finalmente, cabe salientar que todos os trabalhadores entrevistados defendem a estatização. Não houve nenhum entrevistado ou trabalhador, em conversa informal, contrário à estatização. Porém, há dois grupos. Um defende a estatização do ponto de vista teórico, político e prático e outro acha que seria melhor para a relação de trabalho dentro da fábrica, por exemplo, a questão da segurança do trabalho, ou ainda, por conta da dívida, mas não

consegue enxergar essa ação política.

A proposta da Flaskô difere de forma significativa das fábricas nos moldes capitalistas, pois propõe o rompimento da exploração do trabalhador, da produção da mais valia, das relações historicamente estabelecidas de poder, demonstrando um rompimento com o fator fundante do capitalismo. Ao se propor a estatização sob controle operário, há a ruptura com um dos pilares das organizações capitalistas, que é a questão da propriedade privada, além da questão da participação. Essa se dá, sem sombra de dúvidas, em todos os setores da fábrica. Obviamente, existem trabalhadores que participam mais e outros menos, no entanto, o importante são os espaços e as ações concretas construídas cotidianamente com o intuito de proporcionar uma participação efetiva.

NOTAS

1. Sobre esse tema, ver Lênin (1987), Gramsci (1981), Faria (1985, 2009), Toledo (2011), Guillerm e Bourdet (1976), Silva (2003), Arcoverde *et al.* (2006), Maroni (1982), Secco (2003), Roldán (1987) e Goulart (2006).
2. Frase usada pelos operários da Flaskô. É uma de suas bandeiras de luta.
3. É importante ressaltar que muitas informações aqui apresentadas foram obtidas em visitas *in loco* à fábrica, uma vez que são poucas as bases teóricas e conceituais para a discussão da Flaskô.
4. A pergunta: Você poderia nos falar um pouco sobre a história da Flaskô?
5. O sindicato dos químicos é o sindicato da categoria dos trabalhadores da Flaskô.
6. O termo planta da Flaskô é a fábrica, propriamente dita, mais a fábrica de esporte e a Vila Operária. Sobre a fábrica de esporte e a Vila Operária, trataremos em um tópico específico.
7. Depoimento de um trabalhador da Flaskô.
8. Segundo Cavalcante (2006), foram privatizadas 165 empresas pertencentes à União, Estados e municípios entre 1991 e 2002. Foram arrecadados cerca de cem bilhões de dólares com a venda dessas empresas, sendo o primeiro mandato de FHC o que concentrou maior número de privatizações.
9. Sobre o conselho de fábrica da Flaskô, ver Toledo (2011).
10. Depoimento de trabalhador da Flaskô.
11. Informações obtidas nas entrevistas com os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, S. Lula, cumpra sua promessa. **Jornal Fábricas Ocupadas**. Joinville, ano 2, n. 7, p. 1, ago. 2006.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo

do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

ARCOVERDE, A. C. B., SOUZA, I. L.; FRAGOSO, N. M. Economia Solidária em Pernambuco: Alternativa de Emancipação Frente ao Desemprego e à Exclusão Social? **Revista da ABET**. João Pessoa, v. VI, n. 2, p. 72-93, jul./dez. 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAVALCANTE, S. M. **Sindicalismo e Privatização das Telecomunicações no Brasil: A Busca (Fracassada) à Social-Democracia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) iologia) omia Solidária em Pernambuco: Alternativa de Emancipação Frente ao Desemprego e à Excl.

CHOMSKY, N. Os Intelectuais, o Estado e os Meios de Comunicação: Entrevista com Noam Chomsky. **Democracia e Autogestão**. São Paulo: Humanitas/FFCLH, 1999.

CONSELHO de Fábrica da Flaskô. **Carta aos trabalhadores de todo o mundo**. Sumaré, 21 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/site/start.php?inford=10939&sid=6>>. Acesso em: 07 jun. 2009.

CRUZ, R. **Luta: Fábricas ocupadas por seus próprios operários mostram que a autogestão é uma solução viável para enfrentar a precariedade no emprego**. 2009. Disponível em: <<http://blog.controversia.com.br/2009/09/16/os-trabalhadores-no-controle-da-produo/>>. Acesso em: 20 out. 2009.

DINIZ, B. F. Entrevista com Pedro Santinho: Uma História de Luta em uma Fábrica sob o Comando dos Trabalhadores. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 111-120, 2007.

FARIA, J. H. **Relações de Poder e Formas de Gestão**. Curitiba: Criar /FAE, 1985.

_____. **Gestão Participativa: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, Dinâmica e Ajuste do Modelo Econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y Sectores Dominantes**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179Aire.

GOULART, S. **O Controle Operário e a Questão da Estatização**. 2003. Disponível em: <<http://fpmarx.blogspot.com/2008/05/o-controle-operrio-e-questo-da.html>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. **A Revolução na Venezuela e as Ocupações de Fábrica**. Luta de Classes, n.1, 2006.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

GRAMSCI, A. O Conselho de Fábrica. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de**

Fábrica, São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÊNIN, V. I. **Teses de Abril**. São Paulo: Acadêmica, 1987.

MARONI, A. **A Estratégia da Recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. Campinas: Boitempo, Unicamp, 2002.

MORENO, Y.; SANABRIA, W. **Las Empresas en Cogestión y Ocupadas en**

Venezuela: La Lucha por el Control Obrero y el Socialismo. 2006. Disponível em: <<http://freteco.elmilitante.org/content/view/24/30/>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

NASCIMENTO, J. Q. **Fábrica Quebrada é Fábrica Ocupada. Fábrica Ocupada é Fábrica Estatizada: A Luta dos Trabalhadores da Cipla e Interfibra para Salvar 1000 Empregos**. [S. l.: s. n], 2004.

NOVAES, H. T. Lições do Debate entre os Defensores da Estatização sob Controle Operário e da Autogestão. **Otra Economia**, Buenos Aires, v. II, n. 2, 1 ns A. 2008.

OLIVEIRA, B.A.M. **As Cooperativas Populares e seus Desafios, Limites e Possibilidades: Casos de Cooperativas da Cidade do Rio de Janeiro**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) -, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 596. p

PRATA, R. **Breve História da Luta dos Trabalhadores da Flaskô e do Movimento das Fábricas Ocupadas do Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.marxist.com/breve-historia-movimento-fabricas-ocupadas-brasil.htm#_ftnref1>. Acesso em: 16 ago. 2009.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RASLAN, F. O. **Resistindo com Classe: O Caso da Ocupação da Flaskô**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/CPG, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007. 170p.

ROLDÁN, A. Los Comités de Fábrica y el Control Obrero. *Jornal do Partido Obrero: Prensa Obrera*, n. 205, Buenos Aires, 1987.

SECCO, L. Cooperativas e Conselhos Operários. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 9/10, p. 169-178, 2003.

SILVA, F. T. da. **Operários sem Patrões: Os Trabalhadores da Cidade de Santos no entre Guerras**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. 480 p.

TOLEDO, D. A. C. Pensando Categorias de Análise para o Exercício da Prática Autogestão. XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

- Enanpad, **Anais...**, Rio de Janeiro. 2008.

TOLEDO, D. A. C. **Por uma D. A. C. 008. ocação Nacional de Pós-Graduaç** O Caso da Flaskô laskôrica sob Controle Operário. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011. 164 f.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

**Dimitri
Augusto da
Cunha Toledo**

Economista pela Universidade Federal de São João Del Rei, mestre em Administração pelo Cepead/UFMG, na área de Estudos Organizacionais e Sociedade. Pesquisador do NEOS-UFMG (Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade). Doutorando em Administração na UFMG. Professor da UNIFAL, Campus Varginha-MG.

**Ana Carolina
Guerra**

Professora Assistente II do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ. Especialista em Gestão de Negócios em Contexto Empreendedor pela UFSJ. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Administração da Universidade Federal de Lavras – UFLA. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - Pesquisa Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional.